

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A INCORPORAÇÃO DA CURA DO TRAUMA INFANTOJUVENIL COMO UM PILAR
PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ**

Isabela Queireza Gomes

Orientada por Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

Uberlândia, 2024

A INCORPORAÇÃO DA CURA DO TRAUMA INFANTOJUVENIL COMO UM PILAR PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

Isabela Queireza Gomes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional

Professor Doutor Aureo de Toledo Gomes

Uberlândia, 2024

AGRADECIMENTOS

Imagino que a sensação de terminar uma faculdade é sempre confusa, ao mesmo tempo que é um alívio, há um aperto no peito do que nos espera. Sair de uma rotina vivenciada nos últimos três anos e meio, com trabalhos em grupo sempre com as mesmas pessoas, seminários apresentados sobre os mais diversos temas, trabalhos escritos e reescritos, longos diálogos sobre as matérias das provas, sempre, por mais desafiador e cansativo que foi, tínhamos uns aos outros para nos apoiar. Aqui não falo somente dos meus colegas ou amigos, mas também da minha família, que sempre esteve do meu lado e me apoiou, bem como meu namorado, e todos os professores e professoras. Deixo como fim desse primeiro parágrafo um agradecimento a você, de que alguma forma ou de outra, moldou a minha graduação e me fez a estudante que sou hoje.

Porém, vivenciar e completar isso tudo só foi possível, primeiramente, pelos planos que Deus preparou para mim, por isso, deixo aqui a maior gratidão e amor a Ele.

Minha família, pai, mãe e Gabi, vocês foram, são e sempre serão meus alicerces, quem sou hoje e o que conquisto hoje, só é possível por ter vocês comigo. Obrigada por todas as oportunidades que me deram, para que eu conseguisse trilhar o curso de Relações Internacionais, tudo o que me proporcionaram foi essencial. Amo vocês de todo o meu coração e espero poder retribuir tudo o que fazem por mim. A minha família mais estendida, meus avôs, avós, madrinha, padrinho, Noemi, tios, tias e Maduh, quem sou hoje tem um pedaço de cada um de vocês e essa conquista também.

Ao meu amor, o seu apoio incondicional se fez presente durante todo o processo, muito obrigada por sempre estar comigo, torcer e vibrar em todas as minhas conquistas, e lamentar todos os momentos ruins. Ter você do meu lado é um dos maiores presentes que já ganhei.

A minha família ufuniana, especialmente ao grupo do lado direito da sala, ter vocês durante todo esse processo é com certeza o que mais sentirei falta, dividir todos os momentos com vocês é o que fez toda essa caminhada fazer sentido. Muito obrigada por me acolherem e espero continuar com vocês para sempre.

À AJESIR e todos os seus envolvidos, a minha profunda gratidão por todas as oportunidades de aprendizados e crescimento. Minha maior paixão durante a graduação.

Aureo, obrigada por toda a paciência e orientação durante essa jornada, este trabalho só foi possível por todos os conselhos seus.

Lastly, Lea and Peace of Mind Foundation, thank you so much for believing in me and introducing me to this wonderful field of research and work. Thank you for showing me this area that I have grown so passionate about.

Me tornar internacionalista é um sonho, que concluo mais uma parte dele hoje e espero conseguir transmitir um pouco de tudo o que aprendi durante esse tempo, tanto em termos teóricos, como práticos, pois além de matéria e estudo, a faculdade é sobre conexões e humanidade.

RESUMO

De que forma pode-se incorporar a dimensão da infância e juventude em projetos de cura do trauma comunitários? Por meio da adoção de abordagens que reconheçam as esferas individuais e comunitárias, levando em conta as especificidades desses grupos é possível fazer com que a cura do trauma infantojuvenil contribua para a construção da paz. Para isso, a criação de espaços que permitam o reconhecimento e a reflexão sobre os traumas, promovendo aceitação e compreensão, bem como a construção de uma cultura de paz, são vitais, dado que possibilitam a reconstrução social e a transformação das estruturas que perpetuam o sofrimento, resultando no bem-estar e na resiliência da comunidade, fundamentais para uma paz duradoura e sustentável. Nesse sentido, existem diversos pesquisadores que apresentam as crianças e jovens como agentes de mudança, possuindo um papel central nas intervenções de paz. Porém, há uma lacuna em relação à incorporação da cura do trauma infantojuvenil nesse processo. Logo, este trabalho busca contribuir teórica e empiricamente para esta discussão mediante um estudo de caso ilustrativo à luz da teorização desenvolvida a partir da fundamentação teórica. Esse estudo de caso será baseado na realização de uma análise sobre projetos voltados para a cura do trauma comunitário, analisando a esfera infantil desses projetos nas organizações TPO Uganda (Uganda), Action Kivu (República Democrática do Congo) e Neem Foundation (Nigéria). A realização desse estudo se justifica pelo seu objetivo de oferecer uma análise profunda e detalhada, preenchendo uma lacuna de como a incorporação da infância e juventude podem ser realizadas a fim de contribuir com a construção da paz.

Palavras-Chave: Infância; Juventude; Trauma; Construção da Paz; Reconciliação.

JUSTIFICATIVA

Entre setembro de 2023 e setembro de 2024, 675 milhões de pessoas foram expostas a conflitos, violência política ou organizada ao redor do mundo, valor que representa mais de 25% da população mundial (Armed Conflict Location & Event Data Project, 2024). A partir desses dados, nota-se a urgência de intervenções para construção da paz que sejam eficazes e que promovam o desenvolvimento de uma paz sustentável.

Nesse sentido, a construção da paz envolve uma transformação profunda de conflitos e sociedades, que deve ocorrer em níveis individuais, relacionais, estruturais e culturais. Esta transformação vai além de apenas conter o conflito, mas visa a promoção de uma paz sustentável que restaure relações e fomenta justiça social (Lederach, 1997).

Um dos aspectos centrais dessa construção da paz seria a reconciliação, a qual é fundamental para que haja o restabelecimento dos relacionamentos interpessoais entre os grupos em conflito. Porém, para que isso seja alcançado é de extrema importância que haja um espaço comunitário onde percepções e sentimentos possam ser compartilhados, promovendo a compreensão mútua e a construção de um futuro colaborativo. Dessa forma, isso seria um processo contínuo, com diversos atores e funções, que seriam interdependentes para se alcançar a transformação nas relações sociais e promover objetivos de paz sustentável (Lederach, 1997).

Dessa forma, a cura do trauma entra como um dos princípios norteadores dessa construção da paz, ao promover a restauração das relações e a transformação de comunidades. Assim, ela possibilitaria o tratamento das feridas emocionais e psicológicas que perpetuam a desconfiança e a divisão entre os grupos.

Ao compreender o trauma em suas diversas dimensões — fisiológica, emocional e mental — é possível reconhecer como as experiências traumáticas moldam as narrativas coletivas e influenciam as interações sociais. Segundo Yoder (2005), o trauma pode resultar em uma perda de identidade cultural e em ciclos de violência que afetam não apenas os indivíduos, mas também as comunidades. Assim, a cura do trauma permite que as vítimas e os sobreviventes reavaliem suas experiências, contando suas histórias e buscando uma compreensão compartilhada do sofrimento.

Além disso, a cura do trauma está intrinsecamente ligada ao empoderamento das vítimas, que, ao recuperarem seu senso de controle e dignidade, podem contribuir para o processo de reconciliação. Ela é, portanto, um componente chave na construção de uma paz duradoura (Yoder, 2005). Dado que a cura do trauma é um processo comunitário e necessita de toda a comunidade envolvida de forma ativa, é vital abordar essa percepção pela lente da infância e juventude. Em 2024, aproximadamente 468 milhões de crianças foram afetadas por conflitos armados, revelando a magnitude da crise que esse grupo enfrenta em zonas de guerra (War Child, 2024). Essa quantidade alarmante de crianças não só demanda atenção, mas também uma abordagem que integre a sua cura do trauma como um elemento essencial para a construção de uma paz, o que ainda é pouco realizado no âmbito da construção da paz.

Nesse sentido, essa participação infantojuvenil deve ser promovida por adultos — pais, professores, líderes comunitários e organizações — que reconheçam e engajem as crianças e jovens como agentes sociais e políticos. Porém, essa participação é frequentemente negligenciada, e esses grupos são tratados como meras vítimas, em vez de protagonistas em suas narrativas (McEvoy-Levy, 2011). Apesar dos esforços das ONGs em integrar os princípios de direitos e participação, a aplicação desses conceitos em contextos complexos ainda é insuficiente. Assim, a cura do trauma deve ser uma prioridade nas intervenções infantojuvenis, uma vez que permite não

apenas a recuperação individual, mas também o empoderamento para que se tornem agentes de mudança em suas comunidades (Pells, 2010).

Somado a isso, Siobhan (2011) ressalta que, embora as crianças e jovens sejam frequentemente vistos como vulneráveis em contextos de adversidade, suas experiências e ideias devem ser ativamente consideradas, reconhecendo-os como agentes de transformação. A participação infantojuvenil não deve se limitar à proteção passiva, mas deve incluir seu envolvimento no processo de cura e reconstrução social. A construção da paz só será eficaz se emergir de aspirações próprias, permitindo que suas experiências guiem as intervenções. Assim, a cura do trauma precisa incluir o empoderamento infantojuvenil, reconhecendo o seu protagonismo na construção de um futuro pacífico.

Para delimitar o escopo da presente pesquisa, este trabalho define a população infantojuvenil como a união dos grupos de infância e juventude, abrangendo, portanto, crianças e jovens. De acordo com o artigo 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança, considera-se criança o indivíduo com menos de 18 anos (Organização das Nações Unidas, 1989). Já a definição de jovem será baseada no critério adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução 36/28, de 1981, em preparação para o Ano Internacional da Juventude de 1985, que considera jovem o indivíduo entre 15 e 24 anos (Organização das Nações Unidas, 1981). Nesse sentido, o escopo de pesquisa abrange pessoas de 0 a 24 anos.

Diante do exposto, é fundamental compreender como a dimensão infantojuvenil pode ser incorporada em projetos de cura do trauma comunitários, visto que as experiências traumáticas vivenciadas por esse grupo em contextos de conflito têm impactos profundos e duradouros em suas vidas e em suas comunidades. Nesse contexto, a pergunta de pesquisa que norteia este trabalho é: “Como a dimensão infantojuvenil pode ser incorporada em projetos de cura do trauma comunitários?”. Ao explorar essa questão, busca-se entender as melhores práticas para integrar a voz e a participação das crianças e jovens, reconhecendo-os como agentes ativos na sua própria recuperação e na construção de um futuro pacífico.

A partir da resposta dessa pergunta de pesquisa, este trabalho será enriquecido pela análise de três estudos de caso específicos, que permitirão a aplicação prática das teorias de cura do trauma infantojuvenil e construção da paz em contextos pós-conflito. A seleção dos casos foi baseada na relevância dos projetos que já foram implementados em diferentes países afetados por conflitos armados. Cada estudo de caso permitirá a análise de como as intervenções de cura do trauma com foco em crianças e jovens foram estruturadas, quais abordagens foram aplicadas, e de que maneira essas intervenções contribuíram para o empoderamento das crianças e a transformação das relações comunitárias.

Dessa forma, a primeira organização a ser analisada é a TPO Uganda, uma organização que atua no país desde 1994, com foco nas questões de saúde mental e psicossocial. Hoje a organização atua em 56 distritos do país em áreas como saúde mental, suporte psicossocial, proteção, programas focados em crianças e adolescentes, e empoderamento econômico de mulheres e famílias vulneráveis (TPO, 2024). A análise será focada na parte de proteção infantil dos projetos da TPO Uganda, traçando um estudo que busca avaliar a atuação da organização no país. Dessa forma, a relevância deste projeto se justifica pela longa atuação da TPO Uganda em um país que continua a lidar com as consequências profundas de décadas de guerra civil, especialmente no norte de Uganda, onde, embora a região não esteja mais oficialmente em guerra, a paz psicológica ainda está distante (Human Rights Watch, 2023).

O segundo caso para análise é a ONG Action Kivu, da República Democrática do Congo, que atua no país desde 2008. Seu foco é na assistência direta a sobreviventes da crise humanitária em andamento no Leste do Congo. A análise, dado os diferentes escopos de atuação, irá ser focada na Congo Peace School, uma escola que integra princípios de não-violência ao currículo da República Democrática do Congo, preparando crianças e jovens vulneráveis e órfãos para liderar de maneira construtiva e pacífica. A relevância deste projeto para esta pesquisa é evidenciada pelo contexto do país, em que o acesso à educação, alimentação e serviços médicos é limitado, especialmente para as mulheres e crianças, evidenciando a importância da organização (Action Kivu, [s.d]).

A terceira organização é a Neem Foundation na Nigéria, que promove a proteção e o bem-estar de comunidades afetadas por conflitos e violência no país. A organização possui diversos projetos, mas dois serão alvo de análise, o Counselling on Wheels e o Yellow Ribbon (YRI)/Heroines of Peace (HoP), que oferecem apoio psicológico a mulheres, crianças e jovens vítimas do Boko Haram, ampliando o acesso a serviços de saúde mental em comunidades carentes e visando a reintegração de associados ao Boko Haram, promovendo sua capacitação e empoderamento no processo de construção da paz. (Neem Foundation [s.d]). A relevância desses projetos é justificada pela situação do país, que convive com conflitos armados, que ameaçam a vida da população, especialmente crianças e jovens, que sofrem com violência, sequestros e violações de direitos humanos (Human Rights Watch, 2024).

A partir das considerações acima, a importância deste trabalho se justifica pela necessidade de abordar a cura do trauma infantojuvenil em processos de reconciliação e construção da paz, um tema que, embora amplamente discutido em contextos mais gerais, ainda permanece pouco explorado em relação à infância e juventude. O impacto longitudinal do trauma infantojuvenil na paz sustentável representa uma área crítica que demanda pesquisa aprofundada e uma melhor

compreensão. Considerando que milhões de crianças e jovens são expostas à violência, é imperativo que as iniciativas de cura do trauma sejam priorizadas não apenas para garantir a saúde e o bem-estar desses, mas também como um passo essencial para assegurar um futuro pacífico e sustentável para suas comunidades.

Dessa forma, o preenchimento dessa lacuna de pesquisa é fundamental para informar práticas concretas que integrem as vozes das crianças e jovens nos processos de paz, garantindo que não sejam vistos apenas como vítimas, mas como protagonistas de suas histórias e agentes de mudança em suas sociedades. Por fim, a pesquisa é igualmente relevante pois suas conclusões poderão moldar políticas e programas que promovam a cura e a participação ativa das crianças na construção de um mundo mais pacífico.

OBJETIVOS, PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES

OBJETIVO GERAL

Examinar como a infância e juventude podem ser integradas em projetos comunitários de cura do trauma de forma a contribuir com a construção da paz, buscando preencher a lacuna existente sobre a temática de forma teórica e prática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explorar a correlação entre conflitos armados e trauma, destacando o impacto do ambiente de guerra na saúde mental das comunidades envolvidas.
- Entender como as experiências e perspectivas das crianças e jovens contribuem para a promoção da paz e da coesão social em comunidades afetadas por conflitos.
- Analisar as abordagens teóricas que orientam o desenho e a implementação de intervenções de cura do trauma, com foco nas necessidades específicas de crianças e jovens e como elas podem ser incorporadas em projetos comunitários.
- Examinar e apresentar as intervenções e projetos da TPO Uganda (Uganda), Action Kivu (República Democrática do Congo) e Neem Foundation (Nigéria) voltados para a cura do trauma comunitário, analisando como a incorporação infantojuvenil é realizada e o seu impacto na construção da paz e no fortalecimento da resiliência comunitária.

PROBLEMÁTICA E HIPÓTESES

A pergunta de pesquisa que irá guiar o presente trabalho é “Como a dimensão infantojuvenil pode ser incorporada em projetos de cura do trauma comunitários?”. Dessa forma, a problemática se insere na interseção entre a invisibilidade das crianças e jovens em intervenções

de paz, o impacto do trauma na capacidade de esses participarem ativamente e os desafios enfrentados na integração da ótica infantojuvenil nos projetos de cura do trauma. Embora as crianças e jovens sejam frequentemente tratadas como vítimas passivas em cenários de conflito, eles têm o potencial de se tornarem protagonistas na construção da paz.

Segundo Siobhan McEvoy-Levy (2011) a percepção das crianças e jovens varia de acordo com o contexto; em algumas situações, elas são vistas como vanguarda revolucionária, enquanto em outras, são meros símbolos de sofrimento. Essa pluralidade evidencia a necessidade de considerar as suas vozes e experiências, que frequentemente são ignoradas em favor de narrativas adultas que as retratam como vítimas. Concordando com isso, Kirrily Pells (2010) aponta que, apesar dos esforços de organizações não governamentais para promover a participação desse grupo, muitos jovens sentem que suas vozes não são ouvidas. A afirmação de que “eles decidem por nós sem ter perguntado” reflete a frustração e a alienação que as eles experimentam ao serem excluídas das decisões que as afetam diretamente. Este descompasso entre a teoria e a prática é alarmante, pois perpetua uma dinâmica em que as crianças e jovens permanecem à margem dos processos de construção da paz.

Ademais, o impacto do trauma nas crianças e jovens desempenha um papel crucial em sua capacidade de se envolver ativamente nas iniciativas de paz. Embora possam ser participantes ativos em suas comunidades, as consequências do trauma frequentemente os impedem de assumir um papel de liderança. A pesquisa indica que, em contextos de conflito, eles não apenas vivenciam dor e perda, mas também se veem limitados em sua capacidade de influenciar mudanças significativas (Feinstein, Giertsen e O’Kane, 2010). Isso levanta a questão sobre como os projetos de cura do trauma podem ser estruturados para abordar essas barreiras e permitir que as crianças e jovens se tornem agentes de mudança.

A integração da ótica infantojuvenil nos projetos de cura do trauma também enfrenta desafios significativos. Liza Hester (2016) propõe que a resistência à inclusão de princípios informados pelo trauma em programas destinados a jovens é uma barreira que não é reconhecida. Muitas vezes, os projetos falham em considerar as dinâmicas psicossociais que moldam as experiências das crianças em ambientes de conflito. Isso resulta em uma abordagem que desconsidera a complexidade do trauma e suas repercussões no desenvolvimento, tornando-se um obstáculo para a eficácia das iniciativas de construção da paz.

Somado a isso, os fatores sociais e culturais também desempenham um papel importante na capacidade das crianças e jovens de se envolverem ativamente na construção da paz. A resistência cultural à participação infantojuvenil e as expectativas sociais que inibem a expressão de suas opiniões podem criar um ciclo vicioso que perpetua a exclusão (Hester, 2016). Para superar

esses desafios, é necessário um esforço coletivo que envolva a sensibilização de comunidades, educadores e formuladores de políticas sobre a importância de integrar as suas perspectivas nos projetos de paz.

A partir da apresentação da presente problemática, é evidente que para que as crianças e jovens possam exercer sua agência, é fundamental que os projetos de cura do trauma promovam um ambiente que valorize e respeite suas opiniões, reconhecendo-as como contribuintes valiosos para a construção da paz. Para que isso aconteça, é necessário um compromisso de longo prazo com a promoção de seus direitos e a criação de espaços seguros onde possam expressar suas preocupações e contribuir para a construção de um futuro pacífico.

Dessa forma, a hipótese central deste trabalho é que a cura do trauma infantojuvenil pode ser realizada de maneira a contribuir efetivamente para o processo de construção da paz ao integrar abordagens que reconheçam tanto as esferas individuais quanto comunitárias, de modo a considerar as especificidades infantis e juvenis, e integrá-las no processo. Para isso, é fundamental criar espaços que permitam o reconhecimento, a expressão e a reflexão sobre as feridas, favorecendo a aceitação e compreensão dos traumas vividos, e fortalecendo as bases para a superação do passado e a construção de um futuro de coesão social. Além disso, a incorporação da infância e juventude deve ocorrer de modo a objetivar a construção de uma cultura de paz¹. Atingindo esses pressupostos, será possível promover a reconstrução social e a transformação das estruturas que perpetuam o sofrimento, resultando no bem-estar individual das crianças e jovens, e na resiliência da comunidade, estabelecendo assim as condições necessárias para uma paz duradoura e sustentável.

FUNDAMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA E TEÓRICA

Para compreender de forma abrangente como os projetos de cura do trauma podem incorporar a dimensão infantojuvenil para que contribuam para a construção de uma paz sustentável, é necessário fazer uma análise dividida em cinco partes. A apresentação começa com definições e ideias sobre o que é a paz, seguida do entendimento do trauma em contextos de conflitos e da construção da paz, e, em seguida, explora a intersecção entre a cura do trauma e os movimentos de construção da paz, culminando na incorporação infantojuvenil nesse contexto. Assim, esta fundamentação bibliográfica busca expor o estado da arte deste trabalho, utilizando essa estrutura para situar o estudo de forma eficaz dentro de seu contexto acadêmico.

¹ Cultura de paz pode ser definida como um conjunto de identidades, atitudes, valores, crenças e padrões que orientam as pessoas a viverem de forma harmoniosa entre si, promovendo uma convivência acolhedora, a resolução criativa de conflitos e o compartilhamento de recursos, estabelecendo um equilíbrio dinâmico entre a coesão comunitária e a autonomia individual, o que permite a coexistência pacífica e a adaptação mútua (Boulding, 2002).

Quando se fala sobre o conceito de paz, há diferentes definições, as quais mudam pelo seu foco central, pelas diferentes questões que buscam responder e pelo contexto que os teóricos se situam. Nesse sentido, para iniciar essa conceitualização, usa-se da ideia de Paz Perpétua, proposta por Immanuel Kant, a qual, se afastaria de um conceito romântico ou utópico. Dessa forma, a paz seria um projeto fundamentado no direito e na justiça, em que viver em paz entre os Estados e dentro de cada Estado é um objetivo supremo, logo, dependeria do desenvolvimento de um sistema jurídico justo, capaz de prevenir conflitos e garantir a harmonia, a liberdade e a dignidade humana (Kant, 1995).

Outra definição muito importante é a paz imperfeita de Francisco Muñoz, que entende a paz como “inacabada” ou “em processo”, não sendo, logo, um estado absoluto, mas sim uma situação plural que abarca diversas esferas, como a paz individual, coletiva, nacional, internacional e outros. Dessa forma, ele reconhece que todos esses tipos de paz coexistem entre si e se inter-relacionam em um processo de construção contínuo que rejeita ideias simplistas de bem e mal. Com isso, Muñoz vai negar a ideia da existência de apenas uma paz positiva e uma paz negativa, conforme defendido por Johan Galtung (Muñoz, 2010).

Sobre isso, Galtung irá trabalhar com um conceito de paz complexo e multidimensional, que irá englobar questões relacionadas com as causas profundas de conceitos e desigualdades. A paz seria a ausência de violência em suas múltiplas formas, destacando-se aqui os três tipos de violência concebidos por Galtung, a direta, que ocorre de forma visível por ações físicas ou psicológicas, a estrutural, relacionada com as estruturas sociais e como elas são utilizadas na perpetuação das desigualdades, e a cultural, que diz respeito aos elementos culturais que legitimam e justificam formas de violência (Galtung, 1969 *apud* Corcino, 2022).

Com isso, surgem aqui os dois conceitos mencionados acima, a paz negativa, que se refere à ausência de violência direta, e paz positiva, que representa a ausência de violência estrutural e a presença de justiça social. Diante disso, fica claro que para Galtung a paz não se resume à ausência de uma única violência, mas engloba a construção de uma sociedade justa com estruturas que promovem o desenvolvimento e não a opressão (Galtung, 1969 *apud* Corcino, 2022).

Diante disso, a definição de paz que este trabalho utiliza se encontra na convergência de ideias entre os três teóricos. Assim, a paz é aqui entendida como a busca contínua por justiça social e desenvolvimento equitativo, sempre em processo de construção, pautada por estruturas e práticas que previnam a violência em todas as suas formas. Essa definição utiliza da contribuição de Kant em tratar a paz como uma obrigação jurídica da humanidade, onde o objetivo supremo é a convivência pacífica entre e dentro dos Estados, e de Muñoz em enxergar a paz como um processo de construção inacabado e plural que reflete as interações entre diferentes níveis de paz. Galtung

entra com sua contribuição sobre a necessidade de enfrentar as três formas de violência — direta, estrutural e cultural — para alcançar uma paz que vai além da simples ausência de conflitos armados.

A seguir, busca-se trazer o debate sobre os traumas gerados pela guerra, que já foi bastante abordado no contexto da academia, com visões interdisciplinares, desde debates psicológicos e biológicos até sobre como o trauma deve ser trabalhado em situações de peacebuilding. Nesse sentido, inicia-se com as ideias de Hunt sobre cognição e emoção, que diz que as pessoas traumatizadas costumam focar mais nos estímulos ambientais que remetem ao evento traumático do que pessoas não traumatizadas, tendo, assim, dificuldade em separar a situação traumática do ambiente normal, podendo ocorrer uma quebra de identidade e de crenças fundamentais (Hunt, 2010). Concordando com isso, a Teoria da Aprendizagem enfatiza que o desenvolvimento do medo é normalmente acompanhado de um único ensaio, ou seja, se a pessoa se comporta de determinada forma em uma situação traumática e sobrevive, isso e os elementos emocionais e cognitivos serão lembrados para o futuro (Orr et al., 2000).

Abordando essa temática sob um viés mais biológico e psicológico, há a Dupla Representação da Memória, a qual prevê que existem dois sistemas-chaves relacionados à memória. Para Van der Kolk e Fisler (1995), seriam a memória explícita, que está sob o controle consciente e é utilizada para as atividades do dia a dia, e a implícita, que não está sob o controle consciente e lida com atividades de processamento automático. As atividades relacionadas com a memória explícita podem ser incorporadas em implícitas, a partir do desenvolvimento do automatismo. Em situação de eventos traumáticos, também há essa incorporação, apesar de ocorrer em um único ensaio. Assim, o indivíduo é incapaz de fazer a associação da nova informação à memória explícita, logo entram memórias implícitas, que irão se tornar respostas emocionais e comportamentais (Van der Kolk, Fisler 1995).

Com isso, antes de trazer a interconexão entre como a cura do trauma atua como um promotor da paz, é necessário compreender o que é o processo da construção da paz. Nesse sentido, a diferenciação entre paz positiva e negativa definida por Galtung (1969), grande parte dos estudiosos sobre a paz se engajaram na lógica de que a paz não é definida apenas como a ausência de conflito, mas inclui a justiça social. Tendo isso em mente, logo, entende-se a construção da paz como: “[...] todos os esforços para fomentar uma paz sustentável por meio do estabelecimento de instituições que promovam e possibilitem a resolução não violenta de tensões e disputas.” (Chetail, Jütersonke, 2015, p. 1, tradução nossa).

Nesse viés, Galtung (1976) contribui com o debate ao abordar sobre a ideia de manutenção da paz e de pacificação, sendo a primeira relacionada com a manutenção do equilíbrio de poder e

separação das partes em conflito, e a segunda a resolução do conflito, por meio da remoção da fonte de tensão. A partir disso, entende-se que a construção da paz é um processo mais complexo, que é baseado realmente na “construção”, especialmente das instituições que promovam condições estáveis e que permitam o desenvolvimento humano e a segurança (Chetail, Jütersonke, 2015).

Entretanto, apesar dessa ideia preponderante entre os teóricos sobre paz, Chetail e Jütersonke (2015), afirmam que não há um consenso claro sobre o que constitui a construção da paz, e as definições variam entre autores e instituições. Dessa forma, por exemplo, para Ronald Fischer, o processo seria relacionado com a “construção de pontes” entre a intervenção em conflitos e a criação de condições para prevenir novas tensões (Fischer, 1993 *apud* Chetail, Jütersonke, 2015). Já para Vincent Chetail, há uma natureza multifacetada, sendo necessário a divisão da construção da paz em setores específicos, tais como segurança, justiça e desenvolvimento socioeconômico, os quais seriam inter-relacionados, formando os blocos de construção da paz pós-conflito e demonstrando a complexidade desse processo (Chetail, 2009 *apud* Chetail, Jütersonke, 2015).

Outra contribuição relevante e que norteia o presente trabalho é da John Paul Lederach, que defende que a construção da paz é um processo longo, que não se baseia apenas com a resolução de conflitos e transformação institucional, mas deve buscar também a transformação das relações interpessoais e comunitárias. Nesse sentido, ele traz uma ideia diferente sobre os conflitos, os quais não seriam apenas episódios isolados de violência, mas sim padrões arraigados na sociedade que precisam ser transformados a longo prazo (Lederach, 1997).

Somado a isso, para Lederach, a verdadeira construção da paz depende de esforços locais e contínuos de reconciliação, enfatizando a importância do envolvimento das comunidades afetadas no processo de pacificação. A partir dessa visão mais ampla sobre o processo de construção da paz, nota-se uma centralidade na importância dos relacionamentos, com ênfase em como a transformação desses é fundamental. A partir disso, tem-se que esse processo está enraizado nas realidades locais, reforçando a importância do envolvimento comunitário (Lederach, 1997).

Com a apresentação dos conceitos de trauma e construção da paz, temos a interconexão entre essas duas esferas. Assim, ambas partilham o foco na transformação das relações interpessoais e comunitárias, dado que, para que uma paz seja sustentável, é vital que as vítimas passem pelo processo de cura do trauma, para que consigam reconstruir a confiança e as relações. Nesse sentido, a paz duradoura só seria alcançada quando as feridas emocionais e psicológicas, trabalhadas na cura do trauma, fossem tratadas, pois se não forem abordadas, podem reacender as

hostilidades, como será analisado de forma mais detalhada posteriormente por Yoder (2005) (Hutchison, Bleiker, 2013 *apud* Corcino, 2022).

As intervenções relacionadas com a cura do trauma, além de auxiliarem na recuperação das vítimas, também criam espaços seguros onde as pessoas podem identificar os traumas sofridos e delinear suas necessidades e aspirações futuras, e promover a coesão social, os quais fortalecem a comunidade (Schirch, 2004 *apud* Corcino, 2022). Por meio desse fortalecimento comunitário, abre-se espaço para o início da criação de um novo futuro compartilhado entre a população, que irá envolver a superação das diferenças entre grupos, inclusive vítimas e perpetradores, para que seja possível desenvolver uma compreensão comum sobre passado e futuro, colaborando para a construção de paz sustentável (Ross, 2013 *apud* Corcino, 2022).

Nesse cenário de inclusão, tem-se um grupo social que, na maior parte das vezes, tanto em estudos, quanto nas intervenções práticas, é colocado em segundo plano: crianças e jovens. Assim, Hester (2016) destaca que, embora haja um crescente interesse em como o trauma e a construção da paz se inter-relacionam com a infância e juventude, essa área continua sendo amplamente negligenciada. As pesquisas existentes indicam que o conflito intergrupar não apenas afeta o bem-estar emocional desses, mas também corrói os apoios psicossociais fundamentais que os protegem contra o estresse traumático adverso, evidenciando, logo, a importância da inclusão desse grupo nas intervenções.

Como será esclarecido adiante com o pensamento de Hirschberger (2018), o trauma, além de todos os impactos pós-conflito, também possui impactos intergeracionais, evidenciando, ainda mais, a importância de se incluir os jovens no processo. Dessa forma, dado a prolongação do conflito e violência, a capacidade das crianças e jovens de se engajarem na construção de relações saudáveis e na reconciliação é afetada, recursos que são essenciais para que uma intervenção seja eficaz e consiga alcançar o estabelecimento de uma paz duradoura e sustentável (World Bank Group, 2014 *apud* Hester, 2016).

Nesse sentido, destacam-se a situação de três países, Uganda, República Democrática do Congo, Nigéria e Zimbábue, os quais serão alvo de análise neste trabalho. Uganda, marcada por um passado de guerra e violência, enfrenta desafios persistentes na reintegração de crianças nascidas em tais circunstâncias. O estigma e a discriminação enfrentados por esses jovens são evidenciados em relatos de exclusão social e dificuldades de acesso a serviços básicos (Issa, 2024). Já a República Democrática do Congo, também envolvida em conflitos armados, registra altos índices de violência contra crianças, especialmente o recrutamento por grupos armados e a violência sexual (Van de Poël, 2024). Por fim, a Nigéria também enfrenta o problema do recrutamento e uso de crianças soldados por grupos armados, com milhares de jovens afetados por

esse grave fenômeno (UNICEF, 2024). Esses três países ilustram a urgente necessidade de intervenções focadas em crianças e jovens, considerando os impactos devastadores dos conflitos armados e das situações de vulnerabilidade social.

Ainda nesse viés, diversos profissionais que trabalham com crianças e jovens em cenários pós conflito, frequentemente destacam que embora muitos tenham vivenciado traumas, suas preocupações estão mais alinhadas com questões cotidianas, como amizades e desempenho escolar, do que com suas experiências traumáticas. Essa desconexão revela uma lacuna crítica nas abordagens de cura do trauma, que ainda não integram adequadamente as necessidades e perspectivas desses grupos (Hester, 2016).

Logo, seria imprescindível que houvesse essa inclusão da infância e juventude no processo de cura do trauma. Porém, como isso ainda não é aplicado no campo, Hester (2016) irá destacar que é essencial que novas pesquisas e intervenções sejam desenvolvidas para preencher essa lacuna e proporcionar um suporte adequado às crianças e jovens em contextos de conflito. A partir disso, a literatura existente sugere que as práticas de construção da paz poderiam se beneficiar da inclusão de estratégias sensíveis ao trauma que considerem as especificidades infantojuvenis, mas, até o momento, não se observa uma ênfase suficiente em estudos que investiguem a interseção entre trauma infantojuvenil e construção da paz.

Após esclarecer o debate acadêmico no qual este trabalho se insere, torna-se necessário apresentar o pressuposto teórico central que orientará a análise e formulação de hipóteses. Para isso, será utilizada a abordagem de Gilad Hirschberger, sobre trauma coletivo, de Carolyn Yoder, sobre a jornada de cura do trauma, a qual será complementada com algumas contribuições de Olga Botcharova, e de Siobhan McEvoy-Levy e Liza Hester, a respeito das concepções sobre infância, os quais fornecerão uma base sólida para a compreensão dos principais aspectos tratados. Assim, esta fundamentação teórica será dividida entre a apresentação das contribuições dos autores e uma síntese que irá integrar as contribuições e norteará o desenvolvimento da hipótese.

Dessa forma, para iniciar, Hirschberger (2018) define trauma coletivo como:

“(...) reações psicológicas a um evento traumático que afeta toda uma sociedade. (...) Sugere que a tragédia está representada na memória coletiva do grupo e, como toda forma de memória, compreende não apenas a reprodução dos eventos, mas também uma reconstrução contínua do trauma na tentativa de dar-lhe sentido.” (Hirschberger, 2018, p. 1, tradução nossa).

Dessa forma, a diferença entre a memória coletiva e individual está pautada no entendimento que o evento traumático, além de ser lembrado pelos sobreviventes, também está presente na memória do grupo, transformando a forma como as pessoas enxergam o mundo e se relacionam. Com isso, pode-se ter consequências negativas no estabelecimento de uma paz

sustentável, pois há uma ameaça à identidade coletiva da sociedade. Logo, há uma modificação na forma como os sobreviventes do evento traumático irão perceber e se situar no mundo, modificando as suas relações e conexões (Hirschberger, 2018).

Somado a isso, o trauma coletivo abala a sensação básica de segurança, resultando em efeitos duradouros nas gerações seguintes de sobreviventes. No âmbito individual, esses indivíduos exibem taxas significativamente mais elevadas de angústia psicológica, já em termos sociais, a segunda e terceira gerações de sobreviventes manifestam um medo intenso tanto individual, quanto coletivo, juntamente com sentimentos de vulnerabilidade, perda de identidade nacional, e humilhação. Dessa forma, além da crise de identidade, há uma tendência a reagir com vigilância exacerbada a novas ameaças, pela dor das gerações passadas se misturar com as ameaças enfrentadas pela geração atual (Hirschberger, 2018).

Diante dessa crise de identidade, o senso de valor dessa sociedade fica abalado, fazendo com que questionamentos relacionados com a existência do grupo e sua relação de lealdade de vítimas e perpetradores surjam. Assim, o estabelecimento de significados ou razões para conexão entre as pessoas também é enfraquecido. Com isso, a superação do trauma se associa com a necessidade de lidar com um passado coletivo sombrio, o qual representa uma crise de significado que deve ser resolvida para que o grupo reconstrua sua identidade de forma a ter continuidade, coerência e significação (Hirschberger, 2018).

A partir dessa necessidade de cura, é importante trazer o pensamento de Carolyn Yoder sobre a jornada de cura do trauma. Para Yoder (2005), o trauma se difere dos eventos comuns devido à sua intensidade e duração, normalmente associado a condições abusivas ou de insegurança. Nesse sentido, os seus dizeres conversam de maneira muito fluida com o que é apresentado por Hirschberger, sempre destacando o efeito do trauma não curado e as suas consequências nas vidas das pessoas e na sociedade, o trauma coletivo.

O ponto diferencial de Yoder (2005) é a sua abordagem da “Jornada de Cura do Trauma”, onde ela trata de forma detalhada e etapista como é o processo de cura. O primeiro momento desse ciclo é a vivência do evento, com o início da fixação do ocorrido e onde a vítima revive os acontecimentos traumáticos, o qual, apesar de difícil superação, é fundamental para que haja a quebra do ciclo de inatividade em relação ao trauma e ele seja guiada ao processo da cura (Yoder, 2005).

Essa primeira etapa definida por Yoder pode ser complementada pelo Ciclo de Vingança desenvolvido por Olga Botcharova, que explica como as respostas humanas a injustiças podem perpetuar o conflito, apresentando como a escolha individual pode guiar a pessoa a seguir no processo de cura do trauma (Botcharova, 2001). Este ciclo é dividido em sete passos, começando

com a agressão, que leva a vítima à incapacidade de resposta. Após isso, tem-se a negação da realidade no segundo passo, e o isolamento e a intensificação da supressão da realidade, resultando no crescimento da raiva direcionada ao agressor e a tudo relacionado a ele, marcando o terceiro e quarto passo.

O quinto passo é associado ao questionamento “Por que eu?” e à percepção de que somente com a destruição do perpetrador que se alcançará a cura. Nesse momento, abre-se espaço para a instalação do sexto passo, que é o desejo por justiça, a qual é vista pela ótica da vingança. O sétimo passo é a realização desse ato, causando a inversão de papéis, as vítimas se tornam perpetradores e os perpetradores se tornam vítimas, o qual, pelo sentimento de vitimização, reiniciará o ciclo (Botcharova, 2007). Apesar de destacar padrões típicos do processo de vitimização, o ciclo não acontecerá necessariamente em todas as pessoas. Nesse sentido, o desafio é a identificação de mecanismos e ações que façam com que seja possível quebrar o ciclo e, posteriormente, seguir para uma reconciliação (Botcharova, 2001), iniciando a jornada de Yoder.

A partir dessa quebra de ciclo, tem-se a primeira etapa, conhecida por “Segurança”. Para Yoder, essa fase é crucial para que o processo continue, ou seja, é vista como um pré-requisito para a cura, logo a cura só pode ocorrer quando o indivíduo se sente seguro. Alguns dos elementos que contribuem para a criação de um ambiente seguro incluem o aprendizado de alternativas viáveis, não violentas e não passivas para lidar com ameaças; apoio social em relação ao trauma; presença de líderes positivos; disposição para superar a vitimização ou a violência; e compreensão do ciclo do trauma como forma de libertação dele (Yoder, 2005).

Após a finalização dessa etapa, tem-se a fase do “Reconhecimento”, que é dividido em luto, aceitação da realidade de perda e o entendimento da história do outro (Yoder, 2005). Nesse sentido, o luto e o reconhecimento são o início da jornada de cura, aceitando que a vida jamais será a mesma e permite que a vítima compreenda e aceite todos os sentimentos gerados pela incerteza, abrindo espaço para a superação (Yoder, 2005). Ainda, para Yoder (2005), quando esses passos não se completam a vítima continua com os gatilhos que a levam de volta para o ciclo de violência.

Por fim, a terceira etapa é a “Reconexão”. Após compreenderem suas histórias, as pessoas passam a perceber suas interdependências como seres humanos e membros de comunidades, o que as expõe ao risco de se relacionarem com o outro. Nesse contexto, o “outro” são os perpetradores, e cabe ao grupo decidir até que ponto estão dispostos a correr esse risco. Comprometer-se com o risco não significa se colocar em perigo ou aceitar situações abusivas. Quando antigos inimigos se encontram, emoções intensas podem ser reativadas, trazendo à tona antigas memórias e

sentimentos, cabendo, logo, a decisão do grupo no momento que acharem pertinente (Yoder, 2005).

A compreensão dessas abordagens, especialmente as de Yoder (2005) e Hirschberger (2018), abre uma janela de investigação para entender como teorias se manifestam na prática. Isso destaca a necessidade de se considerar como pode-se utilizar os conceitos e etapas apresentados para facilitar a cura do trauma coletivo em comunidades, especialmente incorporando a esfera infantojuvenil. Em resumo, os pontos centrais são a interligação entre as esferas individuais e comunitárias, o reconhecimento do trauma como o ponto de partida para o processo de cura, pois ele cria um espaço para diálogo, no qual há a construção de narrativas compartilhadas que podem unir comunidades fragmentadas, e a reconstrução social como um ponto central para que a paz duradoura se torne efetiva.

Como apresentado, a literatura sobre construção da paz e cura do trauma é bastante abrangente, bem como a que fala sobre o papel das crianças e jovens na construção da paz. Entretanto, quando se aborda sobre a incorporação da cura do trauma infantojuvenil, depara-se com uma lacuna. Dessa forma, esta parte da fundamentação busca trazer considerações mais gerais sobre o papel da infância e juventude na reconstrução de sociedades para conseguir desenvolver uma teoria sobre como essa incorporação do trauma infantojuvenil pode ser realizada na construção da paz.

Primeiramente, Siobhan McEvoy-Levy, vai tecer suas ideias tendo como um dos princípios fundamentais a noção de que, apesar das crianças e jovens serem vistas, em contextos de adversidades, por um prisma de vulnerabilidade, é necessário que as suas experiências e ideias sejam realmente consideradas, assim, deveriam ser reconhecidos como portadores de agência e capacidade de mudança. Para a autora, essa contradição é um ponto crucial; na construção da paz elicitiva, que se refere ao esforço de incorporar vozes, experiências e necessidades das comunidades, sugere-se que as intervenções devem emergir das próprias vivências e aspirações das crianças e jovens, em vez de serem impostas por agentes externos (McEvoy-Levy, 2011).

Além disso, Siobhan (2011) aponta que as crianças e jovens não apenas vivenciam adversidades, mas também se movem por diferentes espaços e interações sociais que terão um papel fundamental na moldagem de suas percepções e respostas frente às experiências traumáticas. Nesse sentido, a incorporação deles em todo o processo de reconstrução é imprescindível e deve se iniciar com as próprias crianças e jovens, pois isso permite que suas experiências informem as práticas de construção da paz, promovendo um processo mais holístico² e eficaz. Entretanto, para

² Entende-se como processo holístico a abordagem que busca integrar todas as dimensões da experiência humana, valorizando o emocional, o social, o cognitivo e o físico de forma equilibrada. Ao incorporar as crianças e os jovens em sua totalidade, suas vivências e interações sociais tornam-se centrais para moldar respostas a adversidades, o que

que isso aconteça, é necessário que as organizações que atuam nos países que sofreram algum evento traumático, façam uma análise crítica dos discursos que excluem a participação infantojuvenil, pois limitam a capacidade das crianças e jovens de serem vistos como agentes de mudança.

A respeito desses discursos, a autora irá apontar quatro principais. O primeiro é voltado para a ideia de que as crianças e jovens têm direitos e devem ser protegidas, enfatizando a necessidade de proteção e sua vulnerabilidade, porém, por essa visão reducionista, as suas vozes e experiências são marginalizadas. O segundo é sobre como são um ativo para o desenvolvimento, sendo vistos como recursos com potencial, mas reduz as suas identidades complexas a meros agentes de desenvolvimento. O terceiro diz respeito às crianças e jovens como uma ameaça à segurança, em que são vistas como potenciais recrutas para grupos armados ou como geradoras de violência. O quarto discurso é voltado para as serem agentes de mudança, que, em resumo, promove a ideia de que as crianças e jovens têm a capacidade e o potencial para ser catalisadores de transformação social, reconhecendo o seu papel ativo nas comunidades (McEvoy-Levy, 2011). Nesse sentido, esse discurso se mostra como fundamental para a formulação da hipótese do presente trabalho, especialmente ao questionar as percepções tradicionais e mostrar a necessidade de incorporação das crianças e jovens em todo o processo de construção da paz, inclusive nas questões relacionadas com a cura do trauma.

Ao se aprofundar na ideia de crianças e jovens como atores de transformação, fica claro que a dicotomia entre pacíficos e violentos não reflete a realidade, pois as fronteiras entre vítima e perpetrador se confundem em situações de conflito. Nesse viés, entender isso e não reduzir as percepções nessa dualidade, reconhece que não são apenas objetos de intervenções, mas também protagonistas ativos em suas narrativas de vida. Arelado a isso, é importante frisar que a transformação da sociedade não pode ser meramente uma mudança de uma identidade que justifica a violência para uma que apenas não aceita, mas também deve promover a não-violência, criando uma cultura da paz (McEvoy-Levy, 2011).

Complementando a ideia de Siobhan, Liza Hester (2016) vai tratar sobre a cura do trauma infantojuvenil, especialmente sobre como ainda é ignorado nas intervenções de paz e como isso impede que essas intervenções sejam realmente eficazes, pois as dinâmicas psicossociais, especialmente o trauma, atuam como barreiras invisíveis. Dessa forma, essa contribuição de Hester é muito importante para a formulação do aparato teórico deste trabalho, pois é uma das poucas contribuições que ascendem essa questão de forma crítica e busca dialogar sobre uma solução.

possibilita práticas de construção de paz mais eficazes, informadas diretamente por quem vivencia os impactos do trauma (Maia, Araújo, 2015).

O primeiro ponto de Hester diz respeito à necessidade de haver uma atuação em conjunto com a família, pois é o núcleo de suporte desse grupo, desempenhando um papel significativo no desenvolvimento de resiliência e na mediação de conflitos. Além disso, há três dimensões importantes que precisam ser consideradas para uma intervenção. Em primeiro lugar, é necessário que haja uma investigação sobre as questões psicossociais antes do início do programa, ou seja, ouvir as crianças e jovens sobre suas experiências e dinâmicas familiares e comunitárias. Em segundo lugar, deve-se analisar o impacto dessas intervenções não apenas por indicadores tradicionais de paz, mas também por aspectos psicossociais, como a qualidade das relações e os mecanismos de enfrentamento do estresse. Por fim, a terceira dimensão diz respeito à capacitação dos profissionais sobre as raízes do trauma e a sua dinâmica, especialmente no contexto infantojuvenil (Hester, 2016).

A incorporação infantojuvenil permite que esse grupo se torne líder na superação de divisões e na construção de sociedades mais pacíficas, porém Hester (2016) alerta que, para isso acontecer, é vital um apoio mais robusto no processo de cura, não apenas em termos de saúde mental, mas também como parte de iniciativas de liderança e participação comunitária. Dessa forma, a conexão entre o nível individual com as narrativas coletivas seriam essenciais para que seja possível lidar com questões sistêmicas, que perpetuam a violência e o conflito.

De modo a finalizar a presente fundamentação teórica, faz-se uma análise integrativa do que foi exposto pelos quatro teóricos principais, McEvoy-Levy (2011), Hester (2016), Yoder (2005) e Hirschberger (2018). Nesse ínterim, é notório que a cura do trauma infantojuvenil é vital para a construção da paz e precisa ser incorporada nas iniciativas, porém não de modo a tratar as crianças e jovens por uma lente passiva, mas sim como agentes ativos de mudança. Para isso, a criação de espaços que reconheçam as necessidades emocionais e psicológicas desse grupo e a interconexão entre as esferas individuais e comunitárias se faz de extrema relevância.

Somado a isso, com as contribuições de Yoder e Hirschberger esse processo ganha profundidade, ao ser visto como um ponto de partida essencial para o diálogo e a construção de narrativas compartilhadas, as quais incluem as crianças e jovens. Assim, a cura do trauma coletivo, quando incorporado à infância e juventude, não só fortalece os indivíduos, mas também contribui para o desenvolvimento saudável das crianças e jovens, que são fundamentais na reconstrução social e emocional da comunidade. Com isso, a sociedade, ao reconhecer o papel central desses, possibilita que essas novas gerações, desde cedo, participem ativamente da construção de uma cultura de paz, promovendo, assim, a paz sustentável.

METODOLOGIA

Com base nos objetivos delineados, esta pesquisa analisará como a infância e juventude podem ser integrados em projetos comunitários que objetivam a cura do trauma de forma a contribuir com a construção da paz. Para isso, o estudo começará explorando a relação entre conflitos armados e trauma, destacando os efeitos das guerras na saúde mental das comunidades afetadas. Em seguida, será investigado o papel das experiências e vozes das crianças e jovens na promoção da paz e da coesão social em contextos de conflito. Também serão analisadas as abordagens teóricas que orientam o desenvolvimento de intervenções para a cura do trauma, com foco nas necessidades específicas desse grupo, e como essas podem ser integradas em projetos comunitários. Por fim, será feita uma análise das intervenções conduzidas pelas organizações TPO Uganda (Uganda), Action Kivu (República Democrática do Congo) e Neem Foundation (Nigéria), avaliando o impacto da inclusão da infância e juventude no processo de cura do trauma e seu efeito na construção da paz e na resiliência das comunidades.

Assim, esta pesquisa consistirá em um estudo de caso ilustrativo da atuação das organizações supracitadas, à luz da teorização desenvolvida a partir das teorias de Gilad Hirschberger, sobre o trauma coletivo, Carolyn Yoder, com sua abordagem da jornada de cura do trauma, complementada pelas contribuições de Olga Botcharova, e também por Siobhan McEvoy-Levy e Liza Hester, ambas pesquisadoras da temática de paz e infância.

A escolha do método de estudo de caso ilustrativo se justifica com base nas questões propostas por Van Evera (1997) - (1) O estudo de caso exemplifica uma teoria geral válida?; (2) O fenômeno causal da teoria geral está presente no caso?; (3) As condições antecedentes da teoria geral estão presentes no caso?; (4) Os fenômenos intervenientes são observados no caso? - que propõem uma forma de análise para avaliar a relevância e a aplicabilidade de teorias gerais em situações específicas.

Tratando-se de forma mais detalhada da primeira questão, que busca entender se o estudo de caso exemplifica uma teoria geral válida, o presente trabalho baseia-se em teorias amplamente aceitas sobre trauma, resiliência comunitária e construção da paz ao mesmo tempo que insere a esfera infantojuvenil. Com disso, fundamenta-se a hipótese de que a cura do trauma infantojuvenil, quando integrada a projetos comunitários, pode contribuir para a construção da paz. Já sobre a segunda questão - se o fenômeno causal está presente no caso - os três casos escolhidos lidam com comunidades afetadas por conflitos armados, em que o trauma infantojuvenil é um fator importante para a construção da paz e o fortalecimento da resiliência.

A terceira questão, que trata sobre os antecedentes, é justificada pela presença de conflitos armados nos países, que geram um trauma coletivo, o qual deverá ser analisado pelas abordagens selecionadas. Por fim, a quarta questão, pela implementação dos projetos com foco na reconexão

comunitária, nota-se uma estreita relação da causa (cura do trauma infantojuvenil) ao efeito (construção da paz), demonstrando a ligação entre esses dois fenômenos, incluindo os fenômenos intervenientes que podem facilitar ou dificultar essa relação.

A escolha desses teóricos se deve pelo alto volume de publicações e referências, bem como pela sua participação ativa enquanto debatedores do campo de construção da paz, sendo fundamentais para a apresentação do embasamento teórico do presente trabalho. Além disso, as fontes de dados utilizadas na pesquisa serão fontes bibliográficas para a análise teórica e documentais para a coleta de informações sobre os projetos, especialmente relatórios que detalham as intervenções realizadas. Para a realização da análise dos dados dos projetos, que serão obtidos por meio do contato direto com os responsáveis e publicações disponíveis nos sites oficiais, será feita uma análise de conteúdo com abordagem qualitativa. O contato com as organizações ocorrerá prioritariamente via e-mail, visando estabelecer comunicação com o ponto focal de cada projeto selecionado. A justificativa pela escolha da abordagem qualitativa se pauta na ideia de que os objetivos desses projetos são traçados por experiências subjetivas e sociais de crianças, jovens e suas comunidades no contexto da cura do trauma, que são inerentemente qualitativos.

O método de análise dos estudos de caso se iniciará com a identificação da faixa etária atendida por cada projeto, estabelecendo as especificidades de abordagem para infância e juventude. A escolha desse procedimento como primeiro passo se justifica pela necessidade de se alinhar a análise de diferentes projetos de forma mais homogênea. A partir disso, a análise se concentrará em algumas variáveis principais que permitirão uma avaliação abrangente do impacto das intervenções: (1) Coerência entre as atividades propostas e o foco etário dos grupos atendidos nos projetos, buscando entender se há alinhamento consistente entre o objetivo de cada intervenção e o perfil etário dos participantes; (2) Adequação das abordagens ao contexto regional, analisando se e como os métodos utilizados refletem as especificidades culturais, sociais e econômicas do contexto local; (3) Criação de espaços seguros para expressão de traumas, por meio do reconhecimento, reflexão e expressão; (4) Nível de envolvimento comunitário na intervenção, essencial para compreender o potencial de integração dessas crianças e jovens e a promoção de resiliência coletiva; e (5) Contribuição do projeto para a coesão social e para a formação de uma cultura de paz, examinando como as atividades propostas ajudam a reduzir a fragmentação social e incentivam a construção de relacionamentos positivos no pós-conflito. Por fim, uma análise sobre as lições aprendidas será conduzida, para avaliação das práticas e como podem ser aprimoradas.

Essa estrutura fornece uma visão geral do procedimento de análise dos projetos, mas, à medida que o desenvolvimento do estudo avançar, serão definidos e refinados indicadores e variáveis de análise de forma mais precisa para garantir rigor e relevância científica. Em resumo,

a estrutura metodológica deste trabalho é pautada em um estudo de caso, com abordagem hipotético-dedutiva e fontes de informações bibliográficas e documentais. Iniciar-se-á com uma revisão de literatura para o desenvolvimento do arcabouço teórico, seguido da seleção dos estudos de casos, com a sua posterior coleta e análise de dados à luz do arcabouço teórico delimitado.

CRONOGRAMA

Tabela 1 - Cronograma

Fase da pesquisa	2025/1	2025/2	2026/1	2026/2
Cumprimento de créditos	X	X		
Escrita dos capítulos teóricos		X	X	
Revisão			X	
Qualificação			X	
Escrita dos capítulos analíticos			X	
Revisão e entrega				X
Defesa				X

Fonte: elaboração própria

BIBLIOGRAFIA

ACTION KIVU. **What we do**. [S.d]. Disponível em: <https://www.actionkivu.org/>. Acesso em: 29 set. 2024.

ARMED CONFLICT LOCATION AND EVENT DATA. **Conflict Exposure**. 2024. Disponível em: <https://acleddata.com/conflict-exposure/#methodology>. Acesso em: 28 set. 2024.

BOTCHAROVA, Olga. **Implementation of Track Two Diplomacy: Developing a Model of Forgiveness**. 2007.

BOTCHAROVA, Olga. **Justice or Forgiveness? In Search of a Solution**. 2001.

BOULDING, Elise. Peace Culture. In: **TOWARD a Compassionate Society**. 2002.

CHETAIL, Vincent; JÜTERSONKE, Oliver. Peacebuilding: A Review of the Academic Literature. 13. Ed. **White Paper Series**, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2684002. Acesso em: 25 set. 2024.

CORCINO, Ludimilla Silva. **A CURA DO TRAUMA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PAZ: UM ESTUDO DE CASO DE RUANDA**. 2022. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, 2022.

FEINSTEIN, Clare; GIERTSEN, Annette; O'KANE, Claire. Children's participation in armed conflict and post-conflict peace building. In: **A HANDBOOK of Children and Young People's Participation**. 2010. cap. 4.

GALTUNG, Johan. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking, and Peacebuilding. **Peace, War and Defense: Essays in Peace Research II**, vol. 27, n.3, pp.291-305, 1976.

HESTER, Liza. **Examining Peacebuilding Through a Trauma Lens: Practitioner Reflections on Programs for Youth Exposed to Traumatic Stressors in Intergroup Conflict**. 2016. Disponível em: <https://nsuworks.nova.edu/pcs/vol23/iss2/3/>. Acesso em: 25 set. 2024.

HIRSCHBERGER, Gilad. **Collective Trauma and the Social Construction of Meaning**. *Frontiers in Psychology*. 2018

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2023: Uganda**. 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2023/country-chapters/uganda>. Acesso em: 29 set. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2024: Nigeria**. 2024. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2024/country-chapters/nigeria>. Acesso em: 29 set. 2024.

Hunt, N. C.. **Memory, War and Trauma**. Cambridge University Press. 2010

ISSA, Korir. **Forgotten Voices: Uganda's Children Born of War Want to Belong**. 2024. Disponível em: <https://jfjustice.net/ugandas-children-born-of-war-want-to-belong/>. Acesso em: 30 set. 2024.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1995.

LEDERACH, John Paul. **Building peace: sustainable reconciliation in divided societies**. Washington: United States Institute of Peace Press, 1997.

MAIA, Jemima Matias; ARAÚJO, Tatiana Cristina dos S. de. **CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM HOLÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A INTEGRALIDADE**. 2015. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/MAIA%3B+ARAUJO+-+2015.2.pdf/65c5a78f-d9be-4511-9f8d-be3e4b5fb50c>. Acesso em: 24 out. 2024.

MCEVOY-LEVY, Siobhan. Children, Youth, and Peacebuilding. In: **CRITICAL Issues in Peace and Conflict Studies: Theory, Practice and Pedagogy**. 2011. cap. 9.

MUÑOZ, Francisco. **Imperfect Peace**. Spain, 2010.

NEEM FOUNDATION. **What we do**. [S.d]. Disponível em: <https://neemfoundation.org.ng/>. Acesso em: 29 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança**. 1989.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução 36/28, adotada pela Assembleia Geral em 1981. Preparativos para o Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento, Paz**. Nova York: ONU, 1981.

Orr et al. De novo conditioning in trauma-exposed individuals with and without posttraumatic stress disorder. **Journal of Abnormal Psychology**, 2000.

PELLS, Kirrily. ‘No one ever listens to us’: challenging obstacles to the participation of children and young people in Rwanda. In: **A HANDBOOK of Children and Young People’s Participation**. 2010. cap. 18.

TPO UGANDA. **What we do**. [S.d]. Disponível em: <https://tpoug.org/>. Acesso em: 29 set. 2024.

UNICEF. **UNICEF calls for end to recruitment and use of child soldiers**. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/nigeria/press-releases/unicef-calls-end-recruitment-and-use-child-soldiers>. Acesso em: 30 set. 2024.

VAN DE POEL, Moira. **Children grappling with the resurgence of armed conflict in the Democratic Republic of Congo**. 2024. Disponível em: <https://www.humanium.org/en/children-grappling-with-the-resurgence-of-armed-conflict-in-the-democratic-republic-of-congo/>. Acesso em: 30 set. 2024.

VAN DER KOLK, Bessel; FISLER, Rita. Dissociation and the fragmentary nature of traumatic memories: overview and exploratory study. **Journal of Traumatic Stress**, 1995.

VAN EVERA, Stephen. **Guide to Methods for Students of Political Science**. 1997.

WAR CHILD. **Number of children affected by conflict doubles since War Child's inception**. 9 fev. 2024. Disponível em: <https://www.warchild.net/news/number-of-children-affected-by-conflict-doubles-since-war-childs-inception/>. Acesso em: 29 set. 2024.

YODER, Carolyn. **The Little Book of Trauma Healing: When Violence Strikes and Community Security is Threatened**. 1 ed. Philadelphia: Good Books, 2005.